

24/11/2018.
ASSINATURAS: Ricardo Trefzger Ballock, Pe. Ricardo Carlos.

CAMPO GRANDE/MS, 25 de novembro de 2016.

EXTRATO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA N. 08, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.
PARTES: Município de Campo Grande-MS, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão e o Instituto Sul Matogrossense para Cegos Florivaldo Vargas - ISMAC.
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo de Cooperação Técnica tem por fundamento legal a Lei Federal n. 8.666, de 21/6/1993, Lei Complementar n. 190 de 22/12/2011, legislação complementar em vigor.
OBJETO: O objeto do presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a cedência de pessoal, promovendo o intercâmbio especializado e técnico, desenvolvendo efetiva conjugação de esforços para a obtenção de resultados significativos no tocante aos critérios estabelecidos e de acordo com a conveniência administrativa.
PRAZO: O prazo de vigência deste Termo de Cooperação Técnica n. 01, de 2 de janeiro de 2017 é de 1 (um) ano, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.
ASSINATURAS: Marcos Marcello Trad, Evelynse Ferreira Cruz Oyadomari, Marcio Ramos.

CAMPO GRANDE/MS, 2 de janeiro de 2017.



EDITAL DE CONCESSÃO
A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - SISEP torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR a Licença Ambiental – Modalidade Licença de Instalação com validade de **24 MESES** a contar de 23/02/2017, para atividade de **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**. Localizada no Complexo Alto do São Francisco, no município de Campo Grande - MS.



RESOLUÇÃO SESAU n. 329, DE 2 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO SANITÁRIO DE EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS COM ATIVIDADE DE COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS METÁLICOS E SIMILARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990 (Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências);

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar n. 148, de 23 de dezembro de 2009 (Código Sanitário do Município de Campo Grande);

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 2909, de 28de julho de 1992 (Código de Polícia Administrativa do Município de Campo Grande);

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 11445, de 05 de janeiro 2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico);

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n. 12071, de 27 de dezembro de 2012 (Regulamento dos Serviços Públicos de Água, de Coleta e de Tratamento de Esgoto em Campo Grande – MS);

CONSIDERANDO as disposições da Portaria MS n. 2914, de 12 de dezembro de 2011 (Procedimentos de Controle e de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano);

CONSIDERANDO as disposições da Portaria MTE n. 3214 de 08 de junho de 1978 (Aprovar as Normas Regulamentadoras - NR - relativas à Segurança e Medicina do Trabalho): NR - 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA; NR - 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI; NR - 7 - Exames Médicos; NR - 9 - Riscos Ambientais; NR - 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, NR - 24 - Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 4336 de 10 de novembro de 2005 (Torna obrigatória a limpeza e desinfecção periódica da caixa d´água);

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 1293, de 21 de setembro de 1992 (Código Sanitário do Estado do Mato Grosso do Sul);

CONSIDERANDO que os serviços de interesse à saúde são de relevância pública, estando sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle pelo Poder Público;

CONSIDERANDO que o Município possui o dever constitucional de proteger a saúde de seus cidadãos;

CONSIDERANDO a necessidade de constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário sobre bens, produtos e serviços visando à proteção da saúde da população;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos inerentes ao licenciamento sanitário de empresas e estabelecimentos com atividade de Comércio Atacadista de Resíduos e Sucatas Metálicos e similares, com vistas à proteção da saúde da população;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Roteiro de Inspeção para o licenciamento sanitário de empresas e estabelecimentos com atividade de Comércio Atacadista de Resíduos e Sucatas Metálicos e similares, no Anexo I desta Resolução, a ser observado em todo município de Campo Grande.

Art. 2º Fica aprovado o Termo de Referência para elaboração do Programa de Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas em estabelecimentos que, por conta da atividade realizada, apresentem potencial para instalação e proliferação de fauna sinantrópica, no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º A inobservância ou desobediência ao disposto na presente Resolução configura infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator às penalidades da legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções de natureza civil ou penal cabíveis.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 2 DE MARÇO DE 2017.

MARCELO LUIZ BRANDÃO VILELA
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

ROTEIRO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE
COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS METÁLICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Denominação Comercial: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

CNPJ: _____ Inscrição Municipal: _____

B. INSPEÇÃO:

ITEM	EXIGÊNCIAS DA INSPEÇÃO SANITÁRIA	SIM	NÃO	N/A	OBSERVAÇÕES
01.	Licença Sanitária atualizada. Documentação para requerimento de Licença Sanitária: -Alvará de Localização atualizado; -Ato de constituição da empresa/entidade; -CNPJ/CPF; - Requerimento de solicitação de Licença Sanitária assinada pelo representante/ responsável da empresa ou entidade				
02.	Licença Ambiental de Operação atualizada da empresa				
03.	Programa de Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas, conforme termo de referência (anexo), elaborado por profissional habilitado com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); -Apresentar Relatório de Monitoramento do Programa de Controle de Vetores e Pragas Urbanas com frequência quadrimestral.				
04.	Comprovantes de Execução de Serviço de Controle Químico de Pragas, quando necessário, juntamente com cópia da Licença Sanitária atualizada da empresa executora do serviço.				
05.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).				
06.	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)				
07.	Comprovante de limpeza do reservatório de água, realizada a cada 06 meses.				
08.	Comprovante de conexão e uso da água proveniente da rede pública de abastecimento de água (conta de água atual).				

09.	<p>Laudo Técnico de separação hidráulica e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), caso o estabelecimento possua poço e esteja localizado em região com disponibilidade de rede pública de abastecimento de água.</p> <p>Obs. 1: comprovar que a instalação hidráulica predial, destinada ao consumo humano, não é alimentada por outras fontes que não a da rede pública de abastecimento de água.</p> <p>Obs. 2: será feita comunicação ao IMASUL da existência de poços em locais com rede pública de abastecimento de água por se tratar de recurso hídrico passível de outorga por mencionado órgão ambiental.</p>				
10.	Autorização para uso de água proveniente de Solução Alternativa Coletiva, caso o estabelecimento esteja localizado em região não atendida pela rede pública de abastecimento de água. Tratamento, desinfecção e monitoramento da qualidade da água para consumo humano conforme Portaria n. 2914/2011				
11.	Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros.				
12.	Relação de funcionários e respectivas funções.				
13.	Atestados de Saúde Ocupacional e Comprovantes de vacinação, conforme previsto no PCMSO.				
14.	Relação de Equipamentos de Proteção Individual fornecidos juntamente com os respectivos números do Certificado de Aprovação (C.A.).				
15.	Apresentar o conteúdo programático e registros dos treinamentos, incluindo o treinamento específico para uso do Equipamento de Proteção Individual.				
16.	Apresentar registro de manutenção/higienização dos aparelhos de ar condicionado.				
17.	Providenciar o armazenamento em local coberto, para os materiais que possam acumular água.				
18.	Quando tecnicamente inviável o armazenamento sob cobertura, realizar o manejo dos materiais armazenados de modo a evitar o acúmulo de água e eliminar possíveis focos, conforme Programa de Controle de Pragas e Vetores Urbanos adotados pela empresa.				

19.	Caso ocorra o armazenamento de resíduos (materiais) contaminados por produtos químicos, estes deverão ser abrigados em local coberto, solo impermeabilizado e constituição física adequada, de modo a mitigar qualquer contaminação ambiental ou exposição do trabalhador ao risco químico. Neste caso, o estabelecimento deverá atender aos requisitos de procedimentos e documentação conforme legislação vigente;				
20.	Manter banheiros e vestiário dos funcionários limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho, e providos de: - Chuveiro; - Cuba com água corrente; - Vaso sanitário com assento; - Papel higiênico; - Sabonete líquido e papel toalha.				
21.	Manter bebedouro com água potável para os funcionários, copos descartáveis ou individualizados, coletor de resíduos (lixeira) dotado de tampa, saco plástico.				
22.	Apresentar o mapeamento de riscos atualizado de todos os setores do estabelecimento.				
23.	Afixar cartazes proibindo uso de produtos fumígenos com ou sem tabaco para atender lei complementar 150/2009. Modelo no site www.capital.ms.gov.br/sesau				
24.	Manter o ambiente constantemente limpo de modo a não propiciar o acúmulo de água e matéria orgânica, com consequente proliferação de insetos e pragas, tais como os vetores da dengue, chikungunya e da leishmaniose;				
25.	Relação das atividades exercidas pela empresa ou estabelecimento, com descrição do respectivo fluxo.				
26.	Comprovação de treinamento específico para o operador de guindastes ou maquinários transportadores similares, seja funcionário da própria empresa ou terceiro;				
27.	Material empilhado deverá ficar afastado das estruturas laterais do prédio a uma distância de pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros).				
28.	Dispor o material armazenado de forma a evitar a obstrução de portas, equipamentos contra incêndio, saídas de emergências, etc.				

OBSERVAÇÕES: _____

C. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:
A empresa recebeu:
() Boletim de Vistoria e Orientação
() Relatório de Inspeção
() Auto de Infração
() Termo de Apreensão referente a: () produtos () equipamentos/aparelhos
() Termo de Interdição referente a: () produtos, equipamentos/aparelhos () interdição parcial de estabelecimento, áreas ou dependências () interdição total do

